

Documentos da luta: repertório de ação coletiva e análise de movimentos sociais

Renan do Nascimento Santos

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCIS/PUC-Rio)

Resumo

Uma prática comum em muitos movimentos sociais contemporâneos é a produção de textos públicos como cartas, manifestos, notas de apoio, repúdio, denúncia, boletins, dentre outras formas textuais. Esses documentos são elaborados para comunicar ideais, reivindicações, posicionamentos políticos ou críticas e visam pautar um diálogo público sobre questões específicas. Com a presente comunicação, busca-se refletir sobre a importância dessa produção documental dos movimentos sociais, sustentando um duplo argumento. Primeiro, argumenta-se que uma análise documental desses escritos – tanto sua lógica interna e condições de produção, quanto do contexto ao qual se refere –, pode oferecer pistas reflexivas valiosas sobre a historicidade do movimento, a identidade dos membros, seus valores ético-políticos, projetos políticos defendidos e concepções de democracia que fundamentam suas práticas. Propõe-se que os documentos produzidos pelos movimentos são uma expressão discursiva e intencional daquilo que importa para os movimentos, sendo uma evidência profícua para sua análise. Em seguida, argumenta-se que a produção desses escritos pode ser analisada como parte dos repertórios de ação coletiva dos movimentos, isto é, formas de ação que emergem da luta dos atores e são aprendidas, praticadas e adaptáveis circunstancialmente. Destaca-se que os textos são produtos e produtores de orientações políticas e compõem o repertório discursivo dos movimentos, sendo ferramentas ativas para influenciar e intervir simbolicamente em contextos sociais e políticos. Nesse sentido, argumenta-se que, se tais documentos importam para os atores sociais, não devem ser negligenciados por seus analistas. Exemplos empíricos da Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR) serão apresentados para ilustrar esse debate.

Palavras-chave: movimentos sociais. repertório de ação coletiva. documentos. Análise documental.

A análise dos textos produzidos por movimentos sociais é fundamental para compreender suas lutas, suas identidades e suas estratégias. Cartas, manifestos, notas, comunicados à imprensa e outros textos semelhantes constituem ricos repositórios de informações sobre as ideias, valores e objetivos que motivam a ação coletiva. Com a presente comunicação, busca-se explorar o potencial analítico desses escritos oriundos dos movimentos sociais, apontando alguns subsídios para sua análise.

Organiza-se o debate reservando duas seções para delimitações analíticas. Inicialmente, caracteriza-se os textos públicos dos movimentos como documentos das lutas sociais, entendidos como profícuas evidências da reflexividade dos atores e dos seus entendimentos compartilhados. Em seguida, mobilizam-se os conceitos de repertório de ação coletiva (TILLY, 1995) e repertório discursivo (TARROW, 2013) para compreender a redação e o compartilhamento de textos públicos como instrumentos das lutas, ou seja, como formas de ação sistematicamente aprendidas e adotadas por muitos movimentos sociais contemporâneos em suas interações contenciosas.

Por fim, a terceira seção apresenta uma breve análise de exemplos extraídos de uma pesquisa em andamento que investiga as lutas sociais no campo da arte e da cultura tomando como ponto de referência empírico a Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR)¹. Um dos repertórios de ação coletiva mais recorrentes da RBTR envolve a produção e disseminação de textos públicos, como Cartas e Manifestos, por meio dos quais registram e tornam públicos os princípios ético-políticos, objetivos e decisões consensuais da Rede, além de desempenharem um papel ativo na articulação discursiva das suas lutas, tanto para moldar o debate público sobre questões específicas quanto para reforçar a coesão interna. A análise foca em 13 documentos selecionados a partir de um conjunto mais amplo de 37, definidos por um recorte temático específico que reflete os sentidos emergentes da noção de “arte pública”.

Textos públicos como documentos da luta

Para esta discussão, optou-se por focar em textos de caráter público, ou seja, aqueles escritos que são deliberadamente tornados públicos pelos próprios movimentos com intenção de intervir na esfera pública. Tais textos são frequentemente elaborados para comunicar princípios e ideais, apresentar reivindicações, desafiar ou reforçar posicionamentos políticos, visando pautar um diálogo público sobre questões específicas. Embora textos de circulação interna dos movimentos, como atas, circulares, memorandos, relatórios e outros, também possam ter relevância política na formação, na mobilização, na coordenação das ações dos movimentos, entende-se que os textos públicos são potencialmente mais relevantes por sua orientação para fazer ressoar suas questões na esfera pública, sendo assim importantes evidências para mapear o confronto político ao qual fazem referência.

Partindo deste entendimento, propõe-se que tais escritos sejam abordados analiticamente como *documentos das lutas sociais* travadas pelos movimentos em seus contextos específicos. Segundo André Cellard (2012), documentos são definidos como “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho” (p. 296), abrangendo não apenas textos, mas também registros iconográficos, audiovisuais e em outros suportes materiais. Ao definir os textos públicos oriundos dos movimentos sociais como documentos da luta, entende-se que tais documentos são registros intencionais que capturam e tematizam aquilo que importa para os movimentos no momento de sua redação.

Vários manuais de pesquisa qualitativa nas ciências sociais consideram a análise documental como uma importante técnica de coleta de dados e estabelecem parâmetros gerais para o tratamento deste material (CELLARD, 2012; CHIZZOTTI, 2000). Segundo Antônio Chizzotti (2000), a pesquisa documental é orientada para responder questões específicas, demandando a escolha criteriosa dos documentos que irão compor o *corpus* a ser posteriormente analisado. O autor enfatiza que são os objetivos da investigação que delimitam quantos e quais documentos devem ser reunidos, cabendo ao pesquisador interessado ter sempre presente os seguintes tópicos: “para que servem as informações documentadas; quais documentos são necessários para realizar o estudo do problema; onde encontrá-los; e como utilizar-se deles para os objetivos da pesquisa.” (2000, p. 18).

André Cellard (2012) estabelece alguns critérios básicos para a análise documental. Preliminarmente, o analista deve ter um conhecimento satisfatório do contexto social, político e cultural no qual os documentos emergem e aos quais se referem; elucidar a autoria do texto; certificar-se da autenticidade e confiabilidade do texto; distinguir a natureza do texto; identificar os conceitos-

¹ Projeto de pesquisa intitulado “Teatro de rua organizado no Brasil: estudo sociológico sobre a formação e a atuação da Rede Brasileira de Teatro de Rua”. Pesquisa apoiada pelo Programa Bolsa Mestrado e Doutorado Nota 10 (Nº 01/2023) da FAPERJ.

chaves e a lógica interna do texto. Cellard (2012) argumenta que depois desse exame inicial dos documentos, o/a pesquisador/a estará em boas condições de extrair os elementos relevantes de cada texto e indagá-los à luz do problema de pesquisa e do quadro teórico mobilizado.

Com esta abordagem, argumenta-se que ao proceder uma análise documental aos textos dos movimentos sociais, estes podem ser convertidos em evidências materiais tanto daquilo que é e/ou foi importante para os movimentos em determinado tempo, quanto daquilo que pode vir a interessar a seus analistas. Nesta perspectiva, aborda-se os documentos dos movimentos sociais como “produtos e produtores de orientações políticas” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005), ressaltando sua natureza dinâmica e ativa na construção do sentido e na orientação das práticas dos movimentos.

Seguindo também a perspectiva da dupla hermenêutica de Anthony Giddens (2009), entende-se que os atores já possuem o sentido da própria ação, e que cabe ao analista “travar conhecimento com o que os atores já sabem” (p. 334) como condição para a produção de conhecimento sociológico sobre determinado fenômeno. Giddens (2009) estabelece dois níveis analíticos para compreender a conduta reflexiva dos atores: a consciência discursiva e a consciência prática. No contexto dos movimentos sociais, os textos públicos atestam e documentam precisamente a consciência discursiva dos atores, definida como “o que os atores são capazes de dizer, ou expressar verbalmente, acerca das condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua própria ação” (GIDDENS, 2009, p. 440). Embora a reflexividade dos atores também possa existir de forma tácita e não articulada na consciência prática, para nosso enfoque, valorizamos os textos como evidências materiais dessa reflexividade.

No mesmo sentido, argumenta-se que outra dimensão relevante que os textos públicos permitem ver são os seus enquadramentos interpretativos ou *frames* de ação coletiva (BENFORD e SNOW, 2000). Os *frames* são estruturas interpretativas que os movimentos sociais utilizam para dar sentido à realidade, mobilizar apoiadores e promover ação coletiva. Eles são dinâmicos e construídos através de processos discursivos, estratégicos e contenciosos que moldam a percepção dos participantes do movimento e do público em geral ao identificar problemas, injustiças e atribuir responsabilidades (enquadramento diagnóstico), ao propor estratégias e soluções para os problemas identificados (enquadramento prognóstico) e ao fornecer justificativas e incentivos para que os indivíduos se engajem na ação coletiva (enquadramento motivacional). Além disso, os *frames* podem ser usados para mobilizar emoções, solidariedade e identificação entre os membros do movimento, criando um senso de pertencimento e fortalecendo a coesão interna.

Considerando a natureza dos textos públicos que nos interessam, é razoável supor que eles estejam impregnados dos entendimentos compartilhados pelos atores, tornando-se evidências dos seus enquadramentos interpretativos e das concepções de democracia, direitos e cidadania que fundamentam suas práticas. Esses documentos refletem não apenas as demandas e reivindicações dos movimentos sociais, mas também as estratégias discursivas que utilizam para mobilizar apoio, legitimar suas ações e seus esforços para nomear e enquadrar aquilo pelo que se luta. Portanto, tais textos podem ser melhor aproveitados pela análise sociológica se tomados não como meros exercícios retóricos, mas como construções de sentido que emergem da ação dos movimentos e orientam a ação.

Outro aspecto relevante que os documentos permitem contemplar é a questão do tempo nos movimentos. Ainda conforme André Cellard (2012), o trabalho com documentos permite ao analista “operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem

como o de sua gênese até os nossos dias.” (p.295). Em consonância com a noção de historicidade de Alain Touraine (2009), esses documentos, ao serem tomados em conjunto e dentro de um recorte temporal específico, permitem vislumbrar a capacidade dos movimentos sociais de influenciar e transformar continuamente a si próprios e a sociedade por meio de sua ação. Através desses documentos, é possível traçar temporalmente a trajetória das ações e das ideias dos movimentos, distinguindo-se analiticamente seus tempos internos e tempos externos (Paiva e Sanches, 2022), sendo os primeiros relativos “ao acionamento das ações coletivas, realizado internamente aos movimentos em um *continuum* de tempo” e os últimos “referentes às oportunidades políticas existentes, determinadas contextualmente.” (p. 248).

Em última instância, este debate sobre os documentos da luta sugere um investimento analítico profundo no conteúdo explícito e implícito desses documentos, convertendo-os em evidências de dimensões relevantes para o estudo dos movimentos sociais. As dimensões destacadas – a reflexividade dos atores, os *frames* de ação coletiva e a historicidade do movimento – são apenas algumas das muitas potencialidades analíticas desses documentos. Este enfoque permite vislumbrar não apenas o que é importante para os movimentos em seus contextos específicos, mas também como esses documentos podem contribuir para uma compreensão de práticas e dinâmicas dos movimentos sociais.

Por fim, destaca-se que a adoção de uma definição ampla de documentos abre a possibilidade de incluir nesse conjunto documental não apenas textos escritos, mas também outras formas de conteúdo que os movimentos produzem e tornam públicos, como vídeos, postagens em redes sociais, jornais, entre outros. Focou-se em textos por uma questão de recorte, mas as potencialidades analíticas se estendem a documentos em outros suportes materiais.

Repertório discursivo

Na seção anterior, discutiu-se sobre algumas potencialidades analíticas de um investimento no *conteúdo* dos textos públicos oriundos dos movimentos sociais, ou seja, no que eles registram e documentam explícita e implicitamente. Agora, busca-se ampliar esta abordagem, entendendo os documentos não apenas como registros textuais, por mais significativos que sejam, mas como *formas de ação* sistematicamente aprendidas e adotadas pelos movimentos sociais para empregar seus recursos em busca de fins comuns, o que Charles Tilly define como repertório de ação coletiva.

A palavra *repertório* identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas não derivam de filosofia abstrata ou se moldam como resultado de propaganda política; eles emergem da luta. As pessoas aprendem a quebrar janelas em protesto, atacar prisioneiros expostos ao público, derrubar casas desonradas, organizar marchas públicas, petições, realizar reuniões formais, e organizar associações de interesses especiais. (TILLY, 1995, p. 26, tradução nossa)

Desde sua primeira formulação na década de 1970, o conceito de repertório de Tilly foi apropriado de muitas formas pelos estudos de movimentos sociais, produzindo especificações e reelaborações teóricas, além de ampliar sua abrangência empírica (ALONSO, 2012). Uma das especificações relevantes para uma aproximação com os textos dos movimentos sociais é o conceito de repertório discursivo, trabalhado por

Sidney Tarrow (2013) para abordar analiticamente os papéis que a linguagem e as palavras desempenham na construção, na durabilidade e na difusão das políticas contenciosas.

A linguagem pode desempenhar vários papéis, seja em sequência ou em combinação: é o veículo através do qual novas coletividades – especialmente aquelas cujos membros estão a alguma distância uns dos outros – são formadas; é o meio de comunicação entre líderes e seguidores dentro dessas coletividades e entre eles e outros significativos; e é o mecanismo para a difusão da contestação de um grupo para outro e de um lugar para outro. Finalmente, e mais importante, é o principal marcador que temos para entender a evolução histórica da política contestatória. (2013, p. 33, tradução nossa).

Tarrow argumenta que os repertórios discursivos estão conectados com os demais repertórios de ação coletiva que os movimentos adotam para coordenação de suas ações e resultam “da interação entre atores em situações de ação contingente, utilizando o conjunto de símbolos disponíveis tanto para as elites como para as pessoas comuns” (2013, p. 12, tradução nossa). No entendimento do autor, “embora normalmente pensemos nas palavras como a expressão de alguma coisa, as próprias palavras podem mobilizar, unir, dividir e até conquistar” (2013, p. 12, tradução nossa), assim, as palavras são entendidas como formas específicas de ação que conformam repertórios discursivos, construindo, reconstruindo e disputando a linguagem contenciosa vigente.

Com efeito, este debate permite uma abordagem da produção textual oriunda dos movimentos sociais como uma ação em si, como um procedimento culturalmente disponível e adotado circunstancialmente por alguns movimentos sociais como parte dos seus repertórios discursivos. Nesse sentido, importa não apenas o conteúdo das mensagens, mas a forma como são transmitidas e disseminadas, por meio de cartas, manifestos, palavras de ordem, slogans, *hashtags*, memes (MENDONÇA et. al, 2021), dentre outras formas.

Enquanto repertórios, estes não são escolhidos ao acaso, mas são moldados por contextos históricos e culturais específicos e pelas oportunidades e restrições políticas percebidas pelos atores. Sugere-se como hipótese para a ampla adoção deste repertório pelos movimentos sociais contemporâneos, os custos e os riscos relativamente baixos dessa forma de ação e as inúmeras possibilidades de disseminação digital destes textos. Além disso, percebe-se também a adaptabilidade destes textos que, frequentemente, se conectam e se combinam com outros repertórios de ação: pensa-se por exemplo na leitura pública em eventos específicos como passeatas, ações diretas, assembleias; também nos documentos como parte dos repertórios de interação socioestatal (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), quando dirigidos a gestores públicos, legisladores e outras autoridades como forma de vocalizar suas demandas ao Estado.

Uma leitura dos documentos da RBTR: os sentidos emergentes da arte pública

Para ilustrar empiricamente a discussão apresentada, será examinada uma amostra seletiva dos textos públicos produzidos pela Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR), um movimento social de finalidades políticas e artísticas que atua em âmbito nacional desde 2007. O princípio articulatório da RBTR está baseado num fazer específico, as artes de rua, entendidas por estes artistas como arte pública. Em suma, trata-se da arte praticada nos espaços públicos e abertos sem cobrança de ingressos, na diversidade de formas que a arte de rua e os espaços públicos assumem nas cidades Brasil adentro.

Ao longo de seus dezessete anos de atuação, a RBTR tem mobilizado uma série de repertórios para coordenação da ação coletiva em diferentes contextos e conjunturas, dentre os quais destacam-se a realização regular de encontros nacionais e regionais, onde ocorrem os debates políticos mais profundos e são feitas as deliberações sobre os rumos do movimento. Até o momento, já foram realizados vinte e dois encontros nacionais, realizados em dezoito municípios de dez estados e no Distrito Federal contemplando todas as regiões do Brasil. Além disso, houve também um encontro virtual em 2020, realizado por videoconferência durante a pandemia de Covid-19.

Conectado a esses encontros, está outro repertório de ação coletiva que merece atenção especial neste artigo: a produção de textos públicos, entendidos como parte dos repertórios discursivos (TARROW, 2013) da RBTR. Cada um desses eventos produziu ao menos um documento público, ora nomeado como Carta, ora como Manifesto, que registram os princípios ético-políticos da Rede, as decisões tomadas nas plenárias dos encontros, a definição de objetivos e agendas prioritárias, dirigem-se à autoridades, dentre outras finalidades. Esses textos ao mesmo tempo em que expressam a voz da RBTR na esfera pública, também se configuram como importantes instrumentos na luta por direitos culturais e pelo direito à cidade.

Na pesquisa que informa este artigo, foram considerados ao todo 37 textos públicos produzidos pela RBTR, selecionados por sua relevância para o entendimento das práticas e lutas do movimento. No entanto, devido à abrangência e riqueza desses documentos, foi necessário adotar um recorte temático específico. Optou-se por focar nas ocorrências dos termos “arte pública” e “artes públicas” pois entende-se que os sentidos emergentes desta noção sintetizam a visão do movimento sobre o papel social e político da arte de rua. Com esse recorte, o corpus de análise foi reduzido para 13 textos², que são aqueles em que essas expressões são mencionadas. Essa delimitação permite uma análise mais concentrada e ajustada aos limites deste artigo, sem, contudo, esgotar o potencial analítico dos textos, que contêm uma diversidade de temas e reivindicações igualmente relevantes.

A partir da análise dos trechos extraídos, pode-se observar um desenvolvimento consistente de certos temas e reivindicações centrais da RBTR ao longo dos anos, articulados discursivamente em torno da ideia de arte pública. Considerando a lógica interna dos textos, nota-se logo que tal ideia está intrinsecamente ligada ao projeto sociopolítico e cultural da RBTR (GOHN, 2005), sendo evocada diversas vezes para enunciar seus objetivos fundamentais. Múltiplas ocorrências do termo arte pública nos documentos reforçam essa centralidade, como: “[A RBTR reafirma sua missão de:] Contribuir para o desenvolvimento das artes públicas de rua, possibilitando trocas de experiências artísticas e políticas entre os articuladores da Rede” (RBTR, 2012b, n.p.)³, “[A RBTR reafirma sua missão de:] Lutar por políticas públicas para as artes públicas” (RBTR, 2013a, n.p.)⁴, “Os articuladores da RBTR, com o objetivo de exigir políticas públicas para as Artes Públicas (...)” (RBTR, 2013b, n.p.)⁵.

Nessa perspectiva, esse termo define o foco do projeto, mas também atua como um importante *frame* de ação coletiva, conforme discutido por Benford e Snow (2000). Segundo a explicação dos autores, (2000, p. 615), os *frames* desempenham três tarefas centrais na ação coletiva: a) a definição

² As referências específicas de cada texto citado serão fornecidas nas notas de rodapé correspondentes às citações ao longo do artigo.

³ Cf. Carta de João Pessoa. Blog Teatro de Rua e a Cidade, 25/07/2012. Disponível em:

<<https://teatroderuaecidade.blogspot.com/2012/09/carta-de-joao-pessoa-xi-encontro-rbtr.html>>. Último acesso em 13 jan. 2023.

⁴ Cf. Carta de Brasília. Blog Teatro de Rua e a Cidade, 10/03/2013. Disponível em:

<<https://teatroderuaecidade.blogspot.com/2013/03/carta-da-rbtr-brasiliadf.html>>. Último acesso em 13 jan. 2023.

⁵ Cf. Carta do Ramal História Encantada. Blog Teatro de Rua e a Cidade, 18/09/2013. Disponível em:

<<https://teatroderuaecidade.blogspot.com/2013/09/carta-do-ramal-historia-encantada.html>>. Último acesso em 13 jan. 2023.

de alguma condição ou situação problemática que necessita de mudança e a atribuição de responsabilidades; b) a proposição de um conjunto alternativo de soluções e c) incitam os outros a agir coletivamente em prol desses entendimentos e objetivos compartilhados. Estas três tarefas de enquadramento podem ser encontradas nas formas pelas quais a noção de arte pública foi mobilizada nos documentos analisados.

Um dos temas mais recorrentes é a crítica aos mecanismos de financiamento cultural existentes. *A luta por políticas públicas para as artes públicas*, em suma, propõe a criação de políticas de Estado para a cultura que sejam democráticas e inclusivas, contemplando as artes de rua em geral, e as especificidades do teatro de rua em particular. Conforme o diagnóstico crítico de seus integrantes, o teatro de rua esteve sempre relegado às migalhas do financiamento público de cultura e ao desprestígio frente aos segmentos do teatro “de sala”, da crítica cultural e da academia.

Nessa perspectiva, o movimento identifica um problema central: a incompatibilidade entre as práticas de arte pública e o modelo de financiamento por renúncia fiscal. Em praticamente todas as Cartas e Manifestos da rede, é reiterado o diagnóstico crítico da necessidade de extinção da Lei Rouanet e quaisquer mecanismos de financiamento baseados na renúncia fiscal, partindo de uma compreensão que a utilização da verba pública deve ocorrer por meio do financiamento direto do Estado, através de programas e prêmios elaborados por segmentos organizados da sociedade civil.

Os textos sugerem que o sistema de renúncia fiscal favorece apenas uma arte mercadológica, com objetivo de produzir lucro. Com efeito, o questionamento da RBTR diz respeito à própria lógica das leis de incentivo via renúncia fiscal, alinhadas ao modelo neoliberal. Nesse modelo, o Estado se limita a avaliar tecnicamente os projetos culturais oriundos da sociedade civil, delegando aos próprios artistas e produtores culturais a responsabilidade de captar recursos junto à iniciativa privada. Compete, então, aos departamentos de marketing das empresas decidir sobre os recursos públicos a serem empregados na cultura. É sob essas contingências do mercado cultural que são produzidas a “arte-mercadoria” e a “arte-propaganda”, contrastando fortemente com a concepção de uma “arte pública” que não visa ao lucro e que tem no teatro de rua uma de suas principais expressões. Os fragmentos a seguir são suficientemente representativos desse diagnóstico.

Nossa atividade artística, que compreendemos como ‘Arte Pública’, não se enquadra neste sistema de financiamento perverso baseado na lei de renúncia fiscal que vem sendo proposto e defendido por este governo. Considerando uma luta histórica que vem sendo travada por mais de dez anos pelos movimentos teatrais e artísticos organizados por todo Brasil, que visam a criação e manutenção de programas de fomento às artes, vinculado a uma política de estado para cultura.

Considerando, por último, nossa posição pela extinção da Lei Rouanet e de quaisquer mecanismos de financiamentos que utilizem a renúncia fiscal, por compreendermos que a utilização da verba pública deve dar-se através do financiamento direto do Estado com regras claras e transparentes e com a participação da sociedade civil organizada. (RBTR, 2011, n.p.)⁶

⁶ Cf. Manifesto - Prêmio do Teatro Brasileiro. Blog Teatro de Rua no Brasil, 30/10/2011. Disponível em: <<http://teatroderuanobrasil.blogspot.com/2011/11/manifesto-premio-teatro-brasileiro.html>>. Último acesso em 13 jan. 2023

[A arte pública] que vem sendo debatida; desenvolvida; defendida e realizada por todo o Brasil, por: entidades, grupos e movimentos teatrais e artísticos organizados; não recebem do atual governo o tratamento adequado. E, tampouco notamos o interesse em fomentar este segmento artístico que se coloca em oposição à política desenvolvida até o momento que trata a cultura e a arte como mercadorias, que visa somente o lucro e a auto sustentabilidade baseadas nas leis de mercado.” (RBTR, 2012a, n.p.)⁷

O Sistema Nacional de Cultura não nos serve. A reforma da Lei Rouanet, chamada Procultura, não nos contempla porque mantém uma arte-mercadoria, uma arte-propaganda, uma arte condenada aos interesses de seus patrocinadores. (...) Queremos leis de fomento às artes públicas, nos âmbitos municipais, estaduais e federal.” (RBTR, 2014c, n.p.)⁸

Além de identificar os problemas nas políticas culturais vigentes, a RBTR sugere caminhos alternativos que destacam o papel da arte pública como promotora de cidadania e na necessidade de políticas baseadas no investimento direto do Estado. Por contraste com a “arte-mercadoria”, o termo arte pública é utilizado para designar um tipo específico de arte, caracterizado por seu compromisso com o compartilhamento aberto e a acessibilidade física e econômica à toda coletividade. A noção de arte pública reflete a aposta do movimento num tipo específico de prática artística, disponível a todos, que desafia as lógicas dominantes que buscam limitar ou privatizar o acesso aos bens culturais e aos espaços públicos das cidades.

Isto não é um protesto, é uma proposta! Arte é obra pública feita por particular. Obra pública é entrega, de nós mesmos para a coletividade. Fazemos isso com nossos melhores sentimentos, mesmo que seja para mostrar as piores contradições. Oferta gratuita. Arte orgânica, não-transgênica. Criação conjunta de artistas e público. Troca, experiência, contato. O ser humano que não vive sua criatividade, inevitavelmente adocece. Arte pública produz saúde pública. Isto não é protesto, é uma proposta! Arte que é de todos, que pertence a todos e é conhecida por todos, que não se mantém adstrita ao particular, que não tem dono, que não se vende e nem se compra. Em qualquer lugar, para todo e qualquer público. Fazer arte pública significa educar-nos e reeducar, no momento mesmo de seu compartilhamento. Arte que não é entretenimento. Que provoca e questiona. Arte pública produz educação pública.” (RBTR, 2014c, n.p.)

Compreendemos que o teatro de rua, sendo uma arte pública por excelência, só se realiza plenamente no contato com o público da rua. A escolha do espaço aberto é, para além de uma opção estética, um posicionamento político, pois aproxima o cidadão comum da linguagem teatral. (RBTR, 2014a, n.p.)⁹

⁷ Cf. Carta da Rede Brasileira de Teatro de Rua ao Governo Federal. Blog Teatro de Rua e a Cidade, 26/02/2012. Disponível em: <https://teatroderuaeacidade.blogspot.com/2012/02/carta-da-rbtr-ao-governo-federal.html>. Último acesso em 13 jan. 2023.

⁸ Cf. Manifesto Por Uma Arte-Pública. Blog Teatro de Rua e a Cidade, 14/09/2014. Disponível em: <https://teatroderuaeacidade.blogspot.com/2014/09/manifesto-por-uma-arte-publica.html>. Último acesso em 13 jan. 2023

⁹ Cf. Carta de Londrina/Paraná. Blog Teatro de Rua e a Cidade, 16/04/2014. Disponível em: <https://teatroderuaeacidade.blogspot.com/2014/04/carta-de-londrinaparana.html>. Último acesso em 13 jan. 2023.

As propostas alternativas da RBTR, enfatizam a importância de um modelo de financiamento cultural que se afaste da lógica de renúncia fiscal e privilegie o fomento direto pelo Estado. Segundo o movimento, o financiamento público de cultura deve ser feito “com investimento direto do Estado por meio de fundos públicos de cultura, estabelecidos em leis e com dotação orçamentária própria, através de chamamentos públicos, prêmios e processos transparentes, com comissões eleitas pela sociedade civil, garantindo assim o direito à produção e ao acesso aos bens culturais para todos os brasileiros” (RBTR, 2012b). Paralelamente, as lutas por políticas públicas para as artes públicas também incluem a demanda pela criação de marcos legais que regulamentem “o livre uso e acesso aos espaços públicos, garantindo a prática artística e respeitando as especificidades dos diversos segmentos das artes públicas, de acordo com o Artigo 5º da constituição brasileira” (RBTR, 2012a, n.p.).

Além de diagnosticar problemas e propor soluções, a RBTR mobiliza suas ações por meio de *frames* motivacionais, sendo a noção de arte pública central nesse processo. Um exemplo emblemático é a definição do dia 27 de março como “o dia de mobilização nacional por políticas públicas para as artes públicas”. Ao atribuir um significado especial a esta data, a RBTR utiliza a noção de arte pública como um *frame* de motivação para mobilizar artistas e a sociedade em geral, transformando um dia de celebração em uma oportunidade para reivindicar políticas públicas mais inclusivas e que atendam às necessidades das artes públicas. A escolha dessa data, reiterada ao longo de várias Cartas e Manifestos, fortalece a percepção de que as artes públicas têm uma importância política e social que deve ser defendida coletivamente.

Reafirmamos o dia 27 de março - Dia Mundial do Teatro e Dia Nacional do Circo - como o dia de mobilização nacional de políticas públicas para as artes públicas, e conclamamos os trabalhadores das artes de rua e a população brasileira em geral a lutarem pelo direito à cultura e ao digno exercício de seu ofício. (RBTR, 2012b).

No mesmo sentido, outro exemplo recorrente de enquadramento motivacional é a instituição do dia 27 de junho como o Dia Nacional da Tomada do Brasil pelas Artes Públicas. Conforme expresso em vários dos documentos:

Assim, reafirmamos o dia 27 de junho como dia nacional da Tomada do Brasil pelas Artes Públicas, em memória de Lua Barbosa, assassinada pela polícia militar neste mesmo dia do ano de 2014, em Presidente Prudente/SP. Tomaremos as cidades, ocuparemos seus espaços públicos, cantaremos pela arte, saúde e educação públicas, pelo direito à moradia e por um país que respeite a dimensão da convivência pública e pacífica. (RBTR, 2019, n.p.)¹⁰

A criação desse dia de luta vincula a memória de um evento trágico a uma mobilização mais ampla pela ocupação dos espaços públicos e pela defesa de direitos fundamentais. Através desse enquadramento, a RBTR não apenas homenageia a memória de Lua Barbosa, mas também convoca uma ação coletiva que transcende o campo das artes e se conecta a outras lutas sociais, como o direito à moradia, à saúde, à educação.

¹⁰ Cf. Carta de Salvador – XXII Encontro da RBTR. Blog Teatro de Rua e a Cidade, 02/04/2019. Disponível em: <<https://teatroderuaecidade.blogspot.com/2019/04/carta-de-salvador-xxii-encontro-da-rbtr.html>>. Último acesso em 13 jan. 2023.

Ao consolidar a noção de arte pública como um eixo central de suas ações, a RBTR não apenas reivindica mudanças nas políticas culturais, mas também constrói um discurso que reflete suas aspirações mais amplas. Dessa forma, a arte pública se afirma como um repertório discursivo importante, articulando reivindicações, memórias e mobilizações em torno de um projeto político-cultural que não se limita aos interesses particulares do movimento ou dos artistas de rua. Essa construção discursiva amplia o horizonte de significados compartilhados pelo movimento, fortalecendo tanto sua identidade quanto sua capacidade de mobilização em lutas mais amplas por direitos e por cidadania. Destaca-se que essa leitura ressaltou alguns elementos centrais da atuação da RBTR, mas não esgota a complexidade do movimento. A arte pública, aqui analisada como um repertório discursivo, é apenas uma das muitas dimensões que compõem o universo de ações e significados mobilizados pela RBTR em sua trajetória.

Considerações finais

Conforme buscou-se ressaltar neste trabalho, a análise dos documentos produzidos pelos movimentos sociais pode revelar valiosos subsídios empírico-analíticos para seus analistas. Contudo, a abordagem apresentada não deve prescindir de outras técnicas de obtenção de dados qualitativos sobre os movimentos estudados. Como pontua Cellard, “embora tagarela, o documento permanece surdo, o pesquisador não pode exigir dele precisões suplementares” (CELLARD, 2012, p. 296). Ou seja, os dados obtidos por meio da análise documental tendem a ganhar em consistência e complexidade se complementados por técnicas qualitativas adicionais, como observações e entrevistas, por exemplo.

Além disso, é importante considerar que os documentos produzidos pelos movimentos sociais “nos colocam em contato com representações e percepções tornadas mais permanentes em qualquer forma institucional” (MELUCCI, 2005, p. 324), e não necessariamente refletem toda a complexidade do processo de sua produção. No caso específico dos documentos da RBTR, que serviram de base para esta análise, esses textos, por definição, registram apenas os consensos alcançados nas assembleias presenciais, sendo assim, não permitem captar os dissensos e as disputas internas constitutivas de todos os movimentos. Como destaca Melucci, esses documentos “não são produzidos por uma mente coletiva, por um sujeito metafísico que se chama partido, movimento, empresa ou grupo, mas são sempre o resultado de uma dinâmica institucional” (MELUCCI, 2005, p. 324). Em outras palavras, o que muitas vezes aparece como uma unidade no documento é, na verdade, o resultado de negociações, decisões e conflitos que ocorreram nos bastidores, mas que não são evidentes na superfície textual.

Apesar das limitações mencionadas, é importante reconhecer que os documentos produzem registros duradouros das posições e decisões que, de outra forma, poderiam se perder no fluxo das interações cotidianas. Além disso, a análise desses documentos permite aos pesquisadores acessar a narrativa que os próprios movimentos escolhem projetar para o mundo externo e interno, oferecendo um ponto de entrada para compreender como essas organizações se estruturam, se representam e se legitimam. Em suma, embora não deva ser a única técnica empregada, a análise documental é uma abordagem indispensável para captar a dimensão formal e discursiva das lutas sociais.

Referências

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57 (2), jun, pp.325-357 2014
- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2 (3), pp. 21 – 41, 2012
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26 (1), pp. 611-639, 2000.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012, pp. 295-316.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- GOHN, M. G. O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005
- MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MENDONÇA, R. F.; ABREU, M.; SARMENTO, R. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. *Novos Estudos Cebrap*, 40 (1), pp. 35-51, 2021
- PAIVA, A. R.; SANCHES, T. O tempo nos movimentos. *Política & Sociedade*, v. 21 (51), pp. 247-269, mai-ago, 2022
- SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, 23 (2), pp. 427-446, 2005.
- TARROW, S. *The language of contention: revolutions in words 1688-2012*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- TILLY, C. Repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995, pp.15-42.
- TOURAINÉ, A. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2009